

CONJUNTURA CNseg

Publicação da Confederação
Nacional das Seguradoras

ANO 3 | Nº 16
FEVEREIRO/2020

BASE DE DADOS
Susep - dezembro de 2019
ANS - setembro de 2019

1

Análise de Mercado

- Editorial
- Economia Brasileira
- Desempenho do Mercado Segurador
- Resumo Estatístico

| Glossário

ANO 3 | Nº 16 | FEVEREIRO/2020

CONJUNTURA CNseg

Dados Susep de dezembro de 2019

Dados ANS de setembro de 2019

Sumário

Apresentação	5
--------------------	---

Capítulos

1. Análise de Mercado

Editorial	6
Economia Brasileira	8
Desempenho do Mercado Segurador	14
Resumo Estatístico	18

Glossário	23
------------------------	----

Apresentação

A CNseg

A Confederação Nacional das Seguradoras - CNseg é uma associação civil, com atuação em todo o território nacional, que reúne as Federações que representam as empresas integrantes dos segmentos de Seguros, Previdência Privada Complementar Aberta e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização.

A CNseg tem como missão contribuir para o desenvolvimento do sistema de seguros privados, representar suas associadas e disseminar a cultura do seguro, concorrendo para o progresso do País.

A Conjuntura CNseg é uma análise mensal do estado dos segmentos de Seguros de Danos e Responsabilidades, Coberturas de Pessoas, Saúde Suplementar e Capitalização, com o objetivo de examinar aspectos econômicos, políticos e sociais que podem exercer influência sobre o mercado segurador brasileiro. Em meses de referência de fechamento de trimestre, esta publicação reúne também os Destaques dos Segmentos, a atualização das Projeções de Arrecadação, os Boxes Informativos Estatístico, Jurídico e Regulatório e o acompanhamento da Produção Acadêmica em Seguros.



Editorial



Marcio Serôa de Araujo Coriolano,
presidente da CNseg

A arrecadação do setor segurador – sem Saúde e sem DPVAT – evoluiu 12,1% em 2019. É a maior taxa de crescimento desde 2012. Todos os segmentos de seguros cresceram em termos reais. A maior contribuição foi do segmento de Pessoas - Vida e Planos Previdenciários (15%).

Avaliação Geral: Os dados do fechamento de 2019 mostram um setor segurador dinâmico, que cresceu progressiva e consistentemente ao longo do ano para alcançar a arrecadação total de R\$ 270.109,7 milhões sem saúde e sem DPVAT.

A maioria dos seus ramos de atividades cresceu em termos reais. Destaque para os Planos de Previdência Privada Aberta, Planos de Vida Risco, Capitalização, Responsabilidade Civil, Rural, Habitacional e Patrimonial.

Esse desempenho superlativo comprova que a atividade seguradora, longe de ser obsoleta, responde positivamente, e com rapidez, a estímulos econômicos e sociais, ainda que tímidos. O pano de fundo é a crescente preferência da população pela proteção contra riscos, o aumento da confiança de empresas e famílias nas seguradoras, o avanço tecnológico que permite velocidade da inovação em produtos e serviços, e a ampliação da concorrência intrassetorial.

O fato é que a atividade seguradora deixou para trás o período difícil de 2018, de recessão econômica, que não poupou os seguros, a previdência privada aberta, a saúde suplementar e os títulos de capitalização. Naquele ano, a arrecadação, sem saúde e sem DPVAT, caiu 0,2%.

Mais importante em 2019 foi a sua decisiva contribuição para a proteção de rendas e patrimônios ameaçados pela queda do rendimento médio do trabalho, pelo desemprego em níveis altos e pela estagnação do produto de amplos segmentos produtivos. O setor cumpriu a sua

missão de desonerar o Governo de gastos para amparo à sociedade.

Nesse contexto de poucos sinais de recuperação da economia, a busca pela proteção contra infortúnios alavancou os seguros. As provisões técnicas que garantem os riscos do sistema atingiram a cifra inédita de R\$ 1.117,9 bilhões, ativos estes que retornam ao País sob a forma de lastro para financiamentos e pagamento da dívida pública.

Cenários: Mirando o ano de 2020, os fundamentos econômicos - notadamente inflação controlada e ancoragem da taxa de juros - parecem prenunciar maior diversificação da demanda por seguros, embora, com essa base expansionista forte observada em 2019, o setor precisará crescer muito para apresentar resultado equivalente ao já obtido.

O cenário neste ano corrente dependerá crucialmente do aumento do PIB para abrir espaço à recuperação de ramos de seguros caudatários da produção industrial, que é o caso dos grandes riscos patrimoniais. E dependerá também do incremento da renda pessoal e do emprego, combustíveis da demanda por produtos básicos patrimoniais, cobertura de vida, previdenciários, saúde suplementar e capitalização.

Mês contra mês anterior: Sumarizando o desempenho dos seguros com os dados de dezembro de 2019 agora divulgados, na visão mês contra o mês anterior, o

crescimento de dezembro relativamente a novembro foi importante, de 17%, sem saúde e sem DPVAT. Os ramos que mais cresceram foram os Planos de Acumulação da família PGBL, com 215,9% e o ramo Marítimo e Aeronáutico, com 39,9%, seguidos de Garantia Estendida, Responsabilidade Civil e Automóveis (29,7%, 19,6% e 14,5%, respectivamente), este último depois de longo período de estagnação. Os Títulos de Capitalização cresceram 10%.

Mês contra mesmo mês do ano anterior: Na ótica do mês de dezembro (arrecadação de R\$26.701,0 milhões) contra o mesmo do ano anterior, que evita sazonalidades, o progresso foi significativo, também na casa dos dois dígitos (11,7%). Destaque deve ser conferido a ramos de maior densidade setorial em arrecadação absoluta. São eles i) Planos de Acumulação VGBL e PGBL: R\$ 13.700,6 milhões no mês e crescimento de 13,9%; ii) Planos de Vida Risco: R\$ 3.799,8 milhões no mês e taxa de 8,3%; iii) Capitalização: R\$ 2.266,6 milhões de 26,1%; iv) Transportes: R\$ 382,8 milhões e taxa de 14,6%; e v) Rural: R\$ 344,7 milhões e crescimento de 11,2%.

Ano contra ano: Já na visão mais importante para efeitos desta Conjuntura CNseg, a do período anual - 2019 cotejado com 2018 -, o segmento mais dinâmico do setor foi o de Cobertura de Pessoas, que viu a sua arrecadação ser aumentada em 15,0%, acompanhado de Capitalização, com aumento de 13,8%, enquanto que o segmento de Danos e Responsabilidades (ex-DPVAT) observou evolução

bem menor, de 5,4%. A virtual estabilidade de Automóveis influenciou esse resultado.

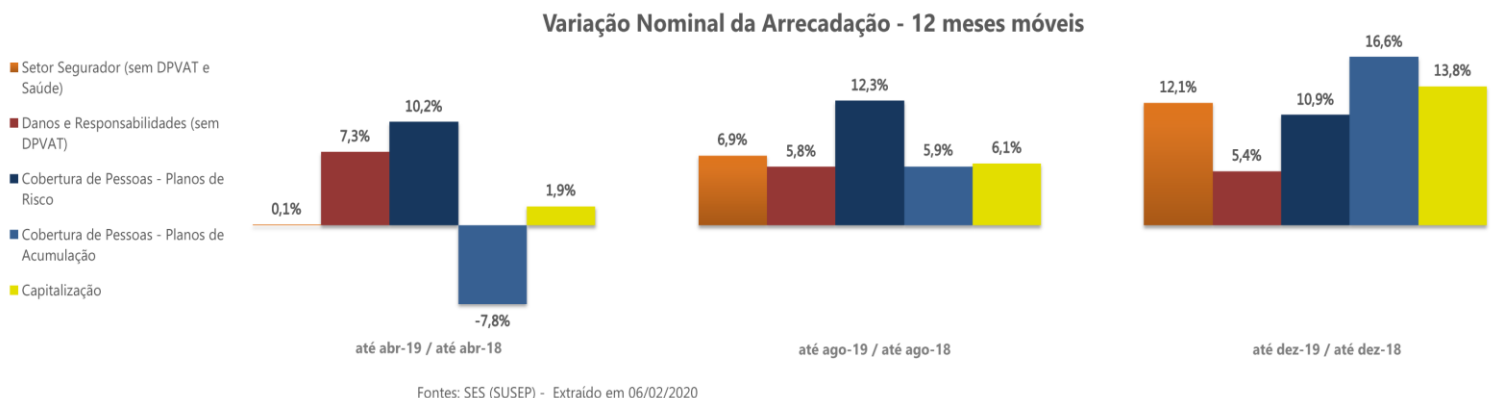
Em Cobertura de Pessoas, a maior contribuição foi dos Planos de Acumulação (16,8%), seguida dos Planos de Vida Risco (13,9%).

Em Danos e Responsabilidades, enquanto a arrecadação do ramo de Automóveis manteve-se estável (taxa de 0,5%), outros ramos vêm aumentando a sua participação relativa no segmento pelos crescimentos sistemáticos apresentados, como o Patrimonial (com forte presença de seguros massificados), o Habitacional, Responsabilidade Civil e o Rural.

Nas seções que se seguem, outras dimensões do setor segurador são destacadas positivamente, como a queda agregada da sinistralidade, resultado dos avanços em atributos técnicos como a subscrição de riscos, tarifação adequada e utilização de meios remotos. E como o ajuste igualmente positivo de despesas de operação e custos de distribuição.

O gráfico abaixo demonstra com clareza a trajetória consistente da progressão dos segmentos de seguros em bases de 12 meses móveis ao longo do período encerrado em dezembro de 2019.

Boa leitura das seções adiante!



Economia Brasileira

Análise Conjuntural

O ano de 2019 terminou com menor grau de incerteza associada aos principais riscos que afetaram a economia mundial ao longo do ano passado, além de perspectivas mais favoráveis em relação à economia brasileira. Dois eventos externos foram determinantes para tanto. Em primeiro lugar, os Estados Unidos e a China anunciaram, ainda em dezembro, a primeira etapa de um acordo para reduzir as tensões no contexto da guerra comercial que as duas potências vêm travando desde o começo de 2018. Tal acordo trata de temas como propriedade intelectual, transferência tecnológica, agricultura e comércio de produtos agrícolas, serviços financeiros e taxa de câmbio.

Na Europa, o risco de um *Brexit* desorganizado diminuiu sensivelmente após os conservadores obterem grande maioria no Parlamento do Reino Unido nas eleições gerais realizadas em dezembro. O *Brexit*, de fato, começou a ocorrer na última semana de janeiro, com acordos de separação que devem causar menos danos à economia do continente do que o cenário de “divórcio” sem acordo. Para completar o quadro favorável em que o ano passado se encerrou, os dados de atividade chineses mostravam que o crescimento na segunda maior economia do mundo se estabilizava e poderia até voltar a ganhar impulso no início deste ano.

Também eram favoráveis os indicadores de atividade no Brasil, que até outubro (os dados conjunturais de atividade geralmente são divulgados com dois meses de defasagem), apontavam que a recuperação da economia

brasileira ganhava mais tração no último trimestre do ano.

No entanto, 2020 começou lembrando a todos que vivemos um momento de relevante instabilidade geopolítica e econômica, em que as conexões financeiras e cadeias de produção globais fazem com que acontecimentos em um país importante tenham repercussão forte e quase imediata em outros.

Em janeiro ocorreram dois choques de naturezas distintas, mas com impactos negativos sobre a economia. Um ataque norte-americano em Bagdá, no Iraque, que resultou na morte do importante general iraniano Qassem Soleimani, aumentou significativamente a tensão geopolítica no Oriente Médio. De imediato, os preços do petróleo subiram, o que caracterizaria um choque mais associado à oferta, já que aumentaria os custos de produção. As tensões, no entanto, amenizaram-se com relativa rapidez, principalmente por conta da conveniência ligada a questões políticas internas tanto nos EUA quanto no Irã, que em poucos dias enfrentava mais pressões para explicar o trágico ataque em que militares do país abateram um avião comercial repleto de civis do que por uma resposta ao ataque americano.

No entanto, foi no final de janeiro que um novo evento provocou uma onda de revisões pessimistas e aumentou muito a incerteza para 2020: a epidemia de um novo tipo de coronavírus, que provoca uma doença respiratória que passou a ser chamada de Covid-19, com epicentro em Wuhan, capital e maior cidade da província de Hubei, na China, a mais populosa da região central do país.

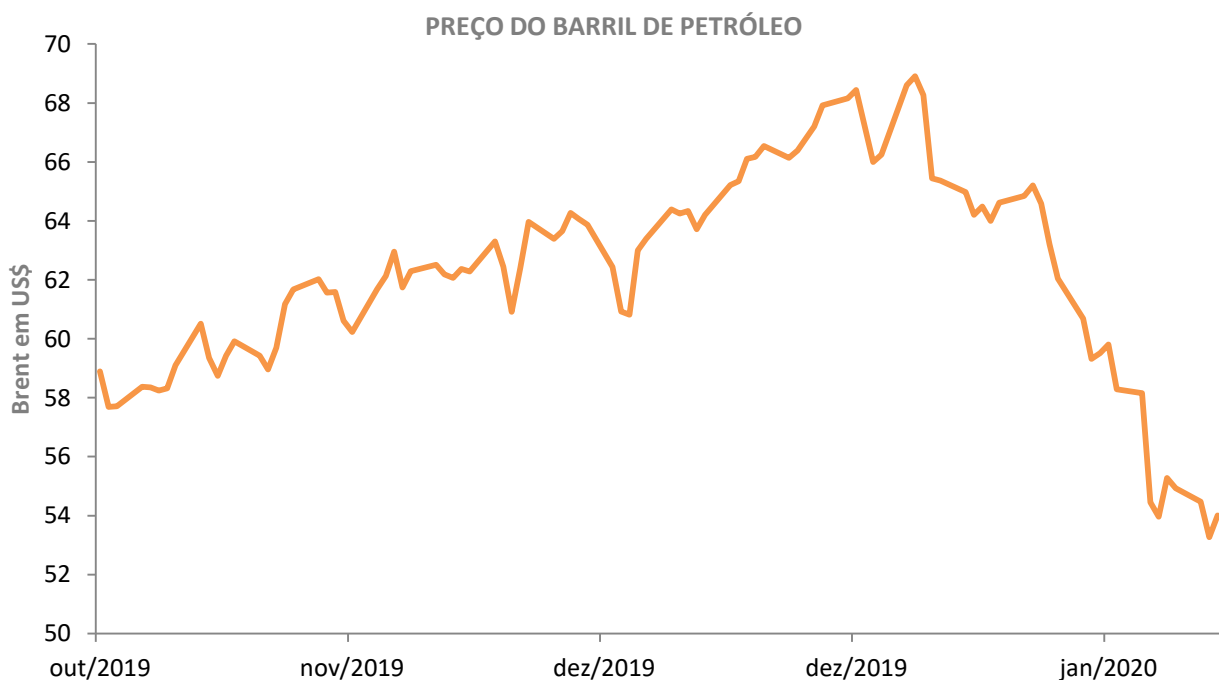
Wuhan é chamada de “Chicago da China”, em alusão à cidade americana, por ser um importante centro industrial, de transporte e logística domésticos. Com as medidas tomadas para tentar conter a epidemia, parte significativa da economia chinesa está praticamente paralisada pelo surto desde o feriado do Ano Novo Lunar, no mês passado, o mais importante do calendário chinês, quando milhões de pessoas se deslocam pelo país de dimensões continentais.

O número de casos cresceu rapidamente mesmo que regiões inteiras já tenham sido isoladas e o transporte limitado para evitar a disseminação do vírus. A OMS (Organização Mundial da Saúde) decretou emergência de saúde pública internacional para conter a epidemia. Há, além disso, muita incerteza sobre os impactos na economia, porque há ainda muitas dúvidas sobre a própria dinâmica da epidemia. Os mercados têm reagido com grande volatilidade enquanto notícias positivas e negativas se revezam nos jornais. Mas, é certo que a economia mundial sofrerá. Quando da epidemia da Sars (2002-2003), que tem sido usada como comparação – imperfeita, é importante dizer – para a atual, a economia chinesa representava 4% do PIB mundial. Hoje representa 16% e com profundas conexões no comércio e nas

cadeias de produção globais.

O alcance e a duração da atual epidemia ainda são incertos, mas há consenso entre os analistas de que os dados econômicos do primeiro trimestre, em várias regiões do mundo, serão afetados, especialmente nos países emergentes. Nos cenários mais otimistas – que consideram que a epidemia será controlada no primeiro trimestre –, o crescimento do PIB chinês deve cair para algo como 5,5% este ano. No entanto, em um cenário pessimista, com a epidemia se estendendo pelo segundo trimestre ou além, o crescimento pode ficar próximo aos 5% ou até menos, o que teria efeitos negativos fortes na economia global. Um choque que abalaria a demanda mundial, mas que pode ter repercussões na oferta em breve, se as cadeias globais de produção e distribuição forem mais afetadas.

O preço do petróleo reflete de maneira clara a dinâmica dos dois choques: com o ataque americano ao general iraniano, o preço do barril, que já vinha subindo, aproximou-se dos US\$ 70. No entanto, logo a seguir, com a perspectiva de desaceleração da economia por conta do Coronavírus, o preço do barril desabou em poucos dias para perto de US\$ 50.



Fonte: Investing.com

Os dados de atividade relativos aos últimos meses do ano passado também decepcionaram depois de entrarem no quarto trimestre com mais força.

A indústria, mesmo com juros baixos e câmbio mais depreciado, enfrenta claras dificuldades. Dados da PIM-PF do IBGE de dezembro mostram que houve recuo de 0,7% na produção industrial, com ajuste sazonal, em relação a novembro, a segunda taxa negativa consecutiva, o pior resultado desde maio de 2018, durante a greve dos caminhoneiros. Com esse resultado, obtém-se queda de 1,1% na atividade industrial em 2019 por esse indicador, depois de 2 anos consecutivos de uma recuperação. Na comparação com dezembro de 2018, a queda observada é de 1,2%. No quarto trimestre, a queda é de 0,6%.

Com queda de 0,1% em relação a novembro, o comércio varejista, medido pela PMC, interrompeu sete meses consecutivos de crescimento. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, observou-se, entretanto, um considerável avanço: em relação a dezembro de 2018, o comércio registrou alta de 2,6%. O ano de 2019, assim, encerrou-se com avanço de 1,8% no comércio, o terceiro ano consecutivo de alta, mas com desaceleração em relação a 2018 (2,3%); em 2017, a alta foi de 2,1%.

A PMS, por sua vez, mostrou que o setor de serviços também apresentou queda em dezembro, em relação a novembro, com ajuste sazonal, de 0,4%. Na série sem ajuste sazonal, no confronto com igual mês do ano anterior, o volume de serviços avançou 1,6%, alcançando a quarta taxa positiva consecutiva. No acumulado do ano, o volume de serviços expandiu 1,0%, interrompendo sequência de quatro anos sem crescimento do setor por esse indicador: 2015 (-3,6%), 2016 (-5,0%), 2017 (-2,8%) e 2018 (0,0%).

Enquanto isso, a inflação permanece baixa apesar do choque das carnes no final do ano passado. Em janeiro, o IPCA, índice que norteia a política monetária, registrou alta de 0,21%, menor variação de preços para esse mês

desde o início do Plano Real, em 1994. Trata-se de uma forte desaceleração em relação a dezembro, quando o índice registrou alta de 1,15%. A principal razão foi a queda dos preços das carnes que, após alta de 18,06% em dezembro, recuaram 4,03% em janeiro, e a maioria dos indicadores mais sensíveis aponta que o choque foi pontual e não se disseminou por outros preços.

Por essas razões, há atualmente um movimento de redução das projeções tanto de inflação quanto de crescimento do PIB para este ano, como analisaremos na próxima seção. Entretanto, tais projeções ainda indicam que o crescimento este ano deve ser maior do que o dos últimos anos, e há algumas razões para isso, principalmente se a epidemia da Covid-19 for controlada rapidamente, diminuindo as incertezas.

A economia nos últimos anos passou por mudanças estruturais que criam um ambiente mais favorável ao crescimento. A queda estrutural dos juros, refletida nos juros longos, diminui o custo de capital e faz com que um grande volume de recursos, que antes estavam em aplicações balizadas pelos juros básicos, vá na direção de investimentos mais arriscados, buscando maior retorno.

Além disso, nos últimos quatro anos, foram aprovadas importantes reformas que foram fundamentais para a queda do risco país, a redução da inflação e da supracitada redução estrutural da taxa real de juros. Entre elas, é possível destacar a reforma trabalhista, a criação da TLP, que alterou a atuação do BNDES, a emenda constitucional do teto de gastos do governo federal e, finalmente, a reforma da Previdência.

Outra mudança estrutural importante vem ocorrendo no mercado de trabalho, em que os indicadores mais recentes continuam a apontar para uma redução gradual do desemprego, com aumento da ocupação formal e informal, associado, em grande parte, ao crescimento da “economia de aplicativos” que oferece intermediação em serviços de transporte urbano, entregas e outros.

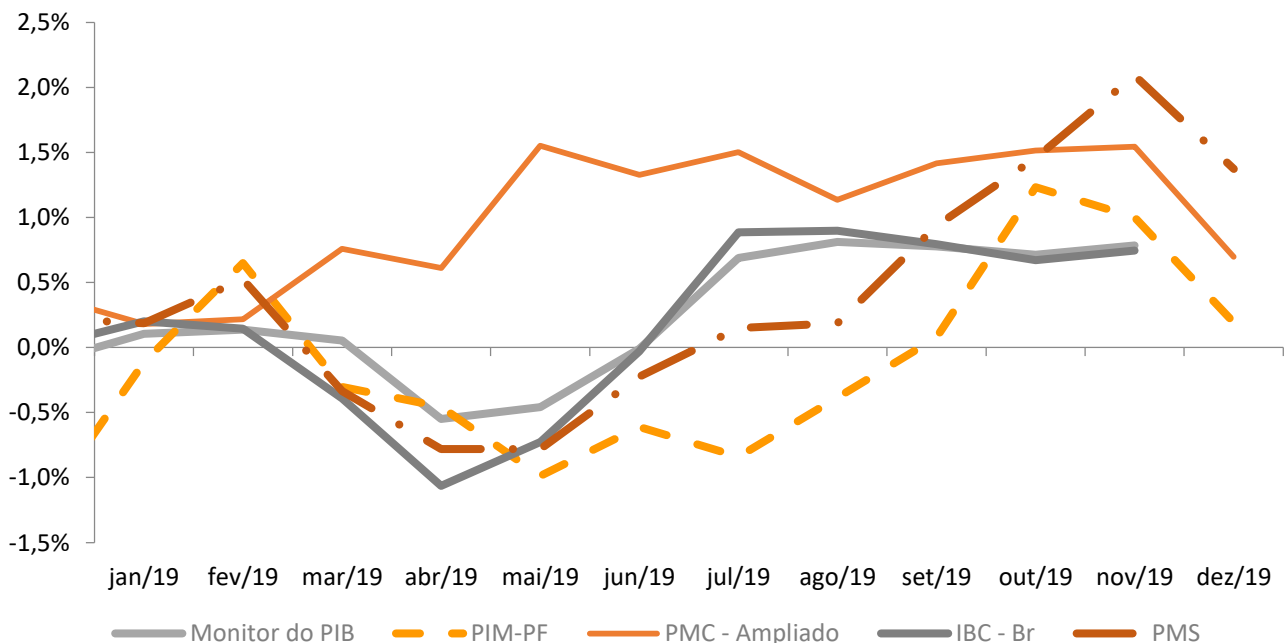
São mudanças estruturais nas relações de trabalho, que têm aberto novas possibilidades de geração de renda. Tais mudanças vêm mantendo salários relativamente comprimidos, mas a ocupação em alta. Assim, a massa de rendimentos (e portanto de recursos para mover a economia) aumenta sem que o custo do trabalho aumente na mesma proporção, criando um ambiente propício para a ampliação dos negócios.

No entanto, riscos políticos no Brasil, que foram determinantes diversas vezes nos últimos anos, devem permanecer no radar dos analistas. A articulação entre Executivo e Legislativo, apesar do sucesso da aprovação da reforma da Previdência, permanece frágil. Além disso, há outros desafios nessa área, como a reforma tributária, a PEC da emergência fiscal e a do pacto federativo. Com as eleições municipais que serão realizadas este ano e uma redução do senso de urgência dessas reformas – que são menos consensuais que a da Previdência –, há o risco de que elas não caminhem na velocidade e direção

adequadas. Há ainda o risco de que, no caso de a economia não acelerar como previsto, medidas que visam impulsionar o crescimento a curto prazo, mas que comprometem o crescimento sustentável da economia, possam ser tentadas pelo governo.

A economia continua em uma trajetória de recuperação moderada, frustrando as expectativas do final do ano passado, como se vê no gráfico abaixo. Adicionalmente, existem riscos cada vez mais relevantes, especialmente no exterior, com destaque para uma possível extensão da epidemia do coronavírus, que pode ter efeitos recessivos relevantes na economia mundial. Por enquanto, essa parece ser a variável chave para determinar o comportamento da economia nos próximos meses.

INDICADORES DE ATIVIDADE DESSAZONALIZADOS
(crescimento da MM3M)



Fontes: IBGE, FGV e Banco Central

Acompanhamento das Expectativas Econômicas

(data de corte: 10/02/2020)

As expectativas econômicas ao longo do último mês vêm sofrendo impacto das mudanças relevantes e rápidas no cenário externo e nacional.

O debate econômico em todo o mundo continua concentrado nos efeitos que o novo Coronavírus terá sobre a economia global. Há ainda muita incerteza sobre seus efeitos. Por isso, os analistas parecem ainda um pouco relutantes em rever suas projeções de crescimento, aguardando o desenrolar da epidemia, ainda que muitas casas importantes do mercado já estejam reduzindo a projeção para o crescimento do PIB do Brasil este ano. A mediana das projeções do Focus, no entanto, permaneceu em 2,3% e 2,5% para 2020 e 2021, respectivamente.

As projeções para a inflação medida pelo IPCA, no entanto, responderam mais rapidamente aos sinais de arrefecimento do início deste ano. O preço do petróleo, que começou o ano como fator de pressão por conta das tensões entre Irã e EUA, caiu mais de 20% com a perspectiva de desaceleração da economia mundial. Ainda que não seja uma boa notícia para as exportações do País, traz perspectivas benignas para a inflação. Além dos preços de combustíveis tendendo para baixo por conta do petróleo e da atividade crescendo ainda em ritmo moderado, as chuvas do começo do ano vêm enchendo os reservatórios de usinas hidrelétricas importantes, o que traz boas perspectivas também para o preço da energia. Esses fatores, somados às evidências de que o impacto da disparada do preço da carne no final do ano passado não se propagou com força para outros preços e devem ser mais rapidamente revertidos, reduzem as projeções para a inflação oficial. Nas últimas quatro semanas, a projeção mediana para o IPCA este ano caiu de 3,58% para 3,25%. Para 2021, a projeção permaneceu na meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, de 3,75%.

A decisão do Copom de reduzir a Selic para 4,25% em sua última reunião era amplamente esperada. No comunicado divulgado após o anúncio, a autoridade monetária deixou claro que esse deve ter sido o último corte de juros do atual ciclo. Com os efeitos ainda pouco claros da epidemia do Coronavírus sobre atividade mundial e as mudanças pelos quais os mecanismos de transmissão da política monetária passaram nos últimos anos, a posição mostra cautela. No entanto, o Banco Central também afirmou que continuará orientando suas decisões pelos dados: com as projeções de inflação em queda, sinais não tão positivos para a atividade e as incertezas do Coronavírus, alguns agentes interpretam que o Banco Central, apesar de sinalizar estabilidade em um cenário central, deixa aberta a possibilidade de novas reduções em um cenário mais extremo. Assim, no último mês, as projeções para a Selic no final deste e do próximo ano foram reduzidas para 4,25% e 6,00%, respectivamente.

A taxa de câmbio, uma das variáveis que mais tem sentido a turbulência das últimas semanas, também sofreu ajustes nas últimas quatro semanas, de R\$/US\$ 4,04 para 4,10 este ano e de R\$/US\$ 4,00 para 4,10 no ano que vem. Há três fatores principais para que o câmbio se encontre em patamares mais desvalorizados: o primeiro são os juros baixos, que fazem com que menos recursos entrem no País em busca de ganhos em investimentos atrelados a eles. Em segundo lugar, a força da economia americana, que também desloca recursos de outras economias – especialmente emergentes – para os EUA e, em terceiro lugar, a própria incerteza quanto aos rumos da economia, que faz com que os investidores busquem proteção em ativos que consideram seguros.

Indicadores econômicos - realizado e projeção 2020

Notas	Variável	Realizado 2019	Realizado 2020	Realizado 12 meses	Valores projetados para 2020				
					Atual	Anterior	4 semanas	13 semanas	Início do ano
					07/02/20	31/01/20	10/01/20	08/11/19	03/01/20
4	PIB	0,96%	-	1,02%	2,30%	2,30%	2,30%	2,08%	2,30%
2	Produção Industrial (quantum)	-1,14%	-	-1,14%	2,33%	2,21%	2,10%	2,16%	2,19%
4	PIB Indústria	0,12%	-	-0,05%	2,39%	2,39%	2,50%	2,23%	2,50%
4	PIB de Serviços	1,12%	-	1,12%	2,12%	2,12%	2,10%	2,10%	2,10%
4	PIB Agropecuário	1,42%	-	2,03%	2,95%	2,95%	3,00%	3,00%	3,00%
1	IPCA	4,31%	0,21%	4,19%	3,25%	3,40%	3,58%	3,60%	3,60%
1	IGP-M	7,32%	0,48%	7,82%	4,00%	4,05%	4,36%	4,07%	4,24%
1	SELIC	4,59%	4,40%	5,77%	4,25%	4,25%	4,50%	4,50%	4,50%
1	Câmbio	4,03	4,27	4,00	4,10	4,10	4,04	4,00	4,09
2	Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	55,68%	-	54,57%	56,90%	56,90%	57,90%	58,30%	58,08%
2	Conta-Corrente (em US\$ bi)	-50,76	-	-50,76	-54,20	-53,20	-54,20	-37,75	-54,20
2	Balança Comercial (em US\$ bi)	39,40	-	39,40	36,40	37,31	37,31	42,95	38,20
2	Investimento Direto no País (em US\$ bi)	78,56	-	78,56	80,00	80,00	80,00	80,00	80,00
1	Preços Administrados	5,54%	0,51%	6,03%	3,75%	3,79%	3,81%	4,10%	4,00%

Indicadores econômicos - realizado e projeção 2021

Notas	Variável	Realizado 2019	Realizado 2020	Realizado 12 meses	Valores projetados para 2021				
					Atual	Anterior	4 semanas	13 semanas	Início do ano
					07/02/20	31/01/20	10/01/20	08/11/19	03/01/20
4	PIB	0,96%	-	1,02%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
3	Produção Industrial (quantum)	-1,14%	-	-1,14%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
4	PIB Indústria	0,12%	-	-0,05%	2,90%	2,90%	2,90%	2,50%	2,90%
4	PIB de Serviços	1,12%	-	1,12%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
4	PIB Agropecuário	1,42%	-	2,03%	3,20%	3,20%	3,20%	3,00%	3,20%
2	IPCA	4,31%	0,21%	4,19%	3,75%	3,75%	3,75%	3,75%	3,75%
1	IGP-M	7,32%	0,48%	7,82%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
1	SELIC	4,59%	4,40%	5,77%	6,00%	6,00%	6,25%	6,00%	6,50%
1	Câmbio	4,03	4,27	4,00	4,10	4,05	4,00	3,97	4,00
2	Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	55,68%	-	54,57%	58,00%	58,00%	58,30%	60,80%	59,20%
2	Conta-Corrente (em US\$ bi)	-50,76	-	-50,76	-59,28	-56,78	-60,30	-42,90	-60,30
2	Balança Comercial (em US\$ bi)	39,40	-	39,40	35,00	35,60	35,00	43,00	35,60
2	Investimento Direto no País (em US\$ bi)	78,56	-	78,56	84,50	84,50	84,75	81,40	84,40
2	Preços Administrados	5,54%	0,51%	6,03%	3,78%	3,80%	4,00%	4,00%	4,00%

Fontes: SGS (BCB) e SIDRA (IBGE). Data de corte: 10/02/2020

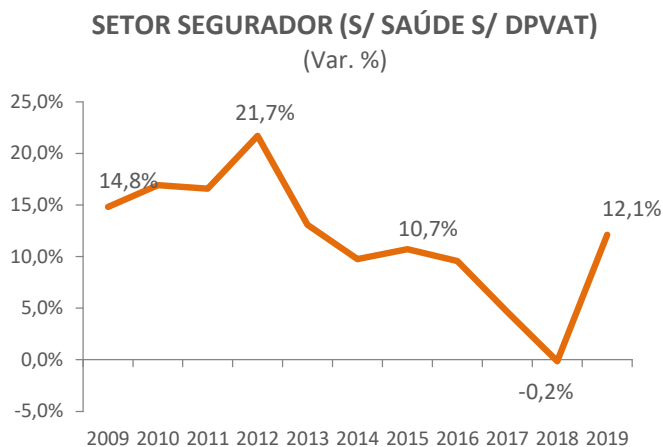
Notas: 1- dados até janeiro/20; 2- dados até dezembro/19; 4- dados até setembro/19.

*Vide nota de referência de período.

Desempenho do Mercado Segurador

O setor segurador (sem Saúde Suplementar) encerrou 2019 com um total de R\$ 272,2 bilhões em prêmio direto de seguro, contribuições de previdência e faturamento de capitalização, montante 10,8% superior ao do ano anterior. Quando se exclui da conta os prêmios do seguro DPVAT¹, o crescimento sobe para 12,1%, com uma arrecadação total de R\$ 270,1 bilhões.

De uma forma geral, o desempenho do setor em 2019 foi o melhor resultado desde 2012, quando foi registrado um crescimento de 21,7% em termos nominais, configurando a retomada de crescimento de dois dígitos e recuperando o desempenho negativo registrado em 2018.

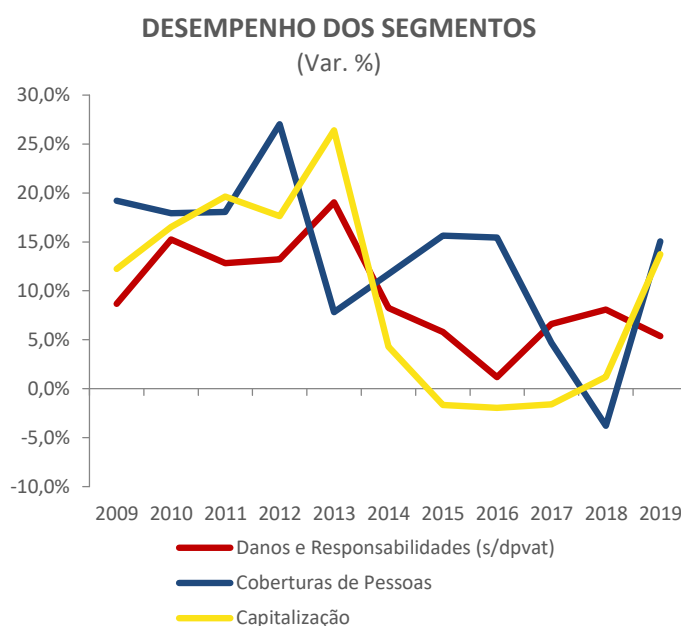


Fonte: Susep

Em dezembro, o montante arrecadado foi de R\$ 26,8 bilhões (sem Saúde), representando um crescimento de 11,1% em relação ao mesmo período de 2018. O DPVAT, que vem sendo alvo de mudanças na sua política de arrecadação, não exerceu influência considerável nos números do setor segurador em dezembro. A arrecadação no mês, sem Saúde e sem DPVAT, totalizou R\$ 26,7 bilhões, com crescimento de 11,7% em relação a dezembro de 2018.

Os segmentos que mostraram melhor desempenho em

2019, em relação aos anos anteriores, foram: Cobertura de Pessoas e Capitalização - o que demonstra uma maior propensão da população à proteção de bens intangíveis. O segmento Coberturas de Pessoas avançou 15,0% em 2019, com um volume de arrecadação de R\$ 172,3 bilhões, recuperando o desempenho negativo observado em 2018 (-3,8%) e voltando a patamares próximos de 2016 (15,4%). Em Capitalização, foi registrado um aumento de 13,8% (R\$ 23,9 bilhões) no faturamento, recuperando-se assim de um período com desempenho negativo e configurando o melhor resultado desde 2013 para o segmento (26,4%).



Fonte: Susep

Pela ótica mensal, o segmento de Cobertura de Pessoas recuperou seu crescimento de dois dígitos, visto que, em novembro, a variação foi de 9,7% em relação ao mesmo mês de 2018. Em dezembro de 2019, o segmento avançou 11,7% em relação ao ano anterior, com um volume de R\$ 17,8 bilhões em arrecadação. Já Capitalização, no mesmo mês, apresentou a sua maior taxa de crescimento do ano, um pico de 26,1%, resultando um faturamento de R\$ 2,3 bilhões.

¹ Segundo a Resolução CNSP nº 371/2018, o seguro DPVAT teve reduções entre 56% e 79% no prêmio tarifário para o exercício de 2019 em todas as categorias (com exceção à categoria "motocicletas, motonetas, ciclomotores e similares").

Nos seguros de Danos e Responsabilidades, o desempenho foi mais tímido, 7,6% acima do resultado observado em dezembro de 2018, com um total de R\$ 6,6 bilhões em prêmio direto.

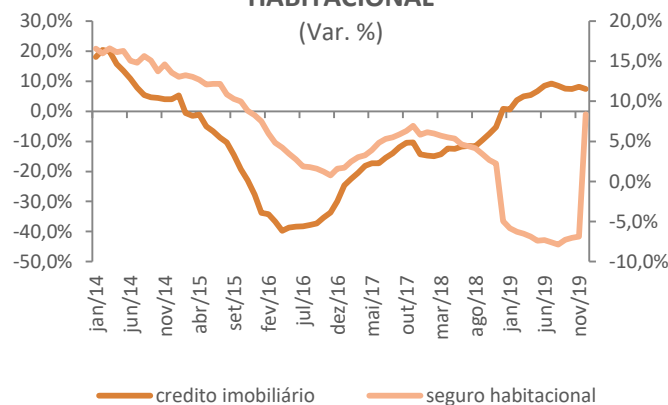
Dentro desse segmento, o seguro de Automóvel encerrou 2019 com uma modesta performance, apenas 0,5% de crescimento anual, com um montante anual de R\$ 36 bilhões em prêmio direto. Em dezembro de 2019, houve um aumento de 2,4% no total arrecadado, em relação a 2018, contribuindo parcialmente na recuperação do resultado negativo observado em meses anteriores. Conforme já ressaltado em edições anteriores desta publicação, o seguro Auto Popular ganhou força em 2019, com crescimento médio superior a 10% a partir de abril, chegando ao pico de 53% em setembro, quando comparado com o mesmo mês em 2018.

O grupo Patrimonial encerrou 2019 com R\$ 13,3 bilhões em arrecadação, representando um aumento de 10,9% em relação ao ano anterior. O produto de melhor desempenho do grupo foi Riscos de Engenharia, com um aumento de 57,9% na sua arrecadação em 2019, em relação a 2018. As perspectivas positivas para o setor de construção civil ajudarão a impulsionar os resultados desse produto: i) a redução das taxas de juros do financiamento imobiliário estimula indústrias a produzirem os insumos necessários para motivar tal crescimento; e ii) o INCC (Índice Nacional da Construção Civil), divulgado pelo IBRE-FGV, ratifica as perspectivas positivas para esse setor, com um resultado em janeiro superior 0,26 p.p. em relação a dezembro, tendo como destaque o grupo Materiais, Equipamentos e Serviços (0,45p.p.), evidenciando a tendência de retomada da atividade desse setor. No desempenho mensal, o grupo cresceu 2,4% em dezembro, em relação ao mesmo mês de 2018, totalizando R\$ 1,2 bilhão em prêmio direto.

O seguro Habitacional, em dezembro, apresentou um crescimento atípico de 764,7%, em razão de um fato isolado ocorrido em dezembro de 2018, quando a principal seguradora da carteira apresentou um montante de cancelamento superior ao prêmio, reduzindo o resultado total do ramo naquele mês. No acumulado do ano, o seguro Habitacional cresceu 12,5% em relação a 2018 e registrou um montante de prêmio de R\$ 359 milhões. Em grande parte do ano, a desempenho desse produto não acompanhou a evolução das medidas tradicionais de

crédito imobiliário, como geralmente ocorre. As taxas de crescimento do seguro desaceleraram, enquanto o crédito e outras medidas de atividade da construção civil, conforme citado acima, mostraram uma retomada de crescimento. Pela análise de 12 meses móveis, gráfico abaixo, a partir do final de 2018 há um “descolamento” na trajetória de crescimento do seguro Habitacional e do valor disponibilizado pelas instituições financeiras para a concessão de crédito imobiliário. As duas variáveis, que seguiam na mesma trajetória, passaram a caminhar em direção oposta. Como em dezembro de 2018 ocorreu uma considerável redução no prêmio, motivo citado acima, tendo isso em mente, somente no final de 2019 o seguro Habitacional mostra sinais de retomada a patamares históricos. O movimento isolado no prêmio do seguro Habitacional mostrou também no envio de dados do sinistro. Em razão disso, o grupo encerrou o ano com uma redução 2,2% no volume de sinistros pagos.

CONCESSÃO DE CRÉDITO PF X SEGURO HABITACIONAL



Fonte: Susep e Bacen

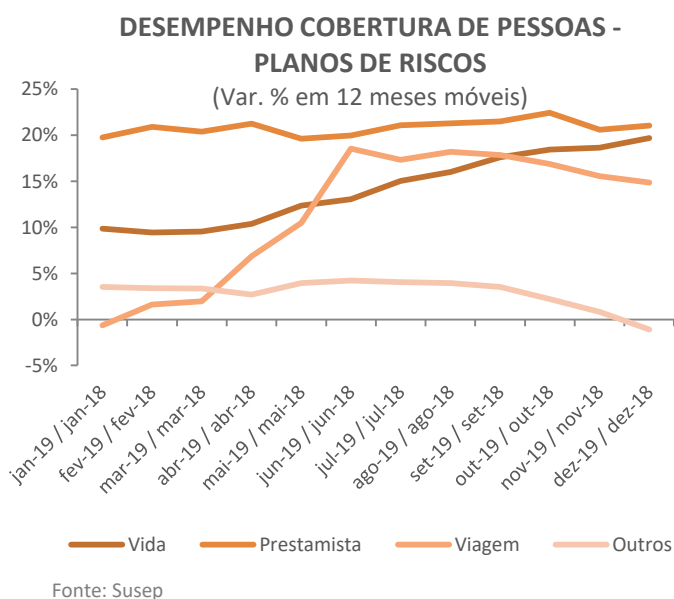
Ainda em Danos e Responsabilidades, o grupo dos seguros de Crédito e Garantia, em dezembro, obteve um crescimento de 219,8% em relação ao mesmo mês do ano anterior, com um total de R\$ 114,2 milhões em prêmio direto. No acumulado, o grupo registrou o montante de R\$ 1,2 bilhão, valor 20,9% maior do que em 2018. O destaque foi o desempenho do seguro Garantia de Obrigações, que cresceu 11,0% no acumulado em 2019, em consonância com o crescimento de concessão de crédito para pessoas jurídicas que registrou um aumento de 11,8% no mesmo período, segundo dados do Banco Central.

Outro grupo que fechou 2019 com um cenário positivo

foi o de Responsabilidade Civil, com 19,0% de crescimento anual. Em dezembro, o aumento na arrecadação foi de 15,9% em relação ao mesmo mês de 2018.

O segmento Cobertura de Pessoas, conforme já mencionado, foi um grande impulsionador do desempenho do setor segurador em 2019. O grupo dos Planos de Risco, que manteve, ao longo de 2019, crescimentos de dois dígitos, em dezembro, desacelerou um pouco, fechando o mês com 8,3% de aumento na arrecadação, em relação ao ano anterior.

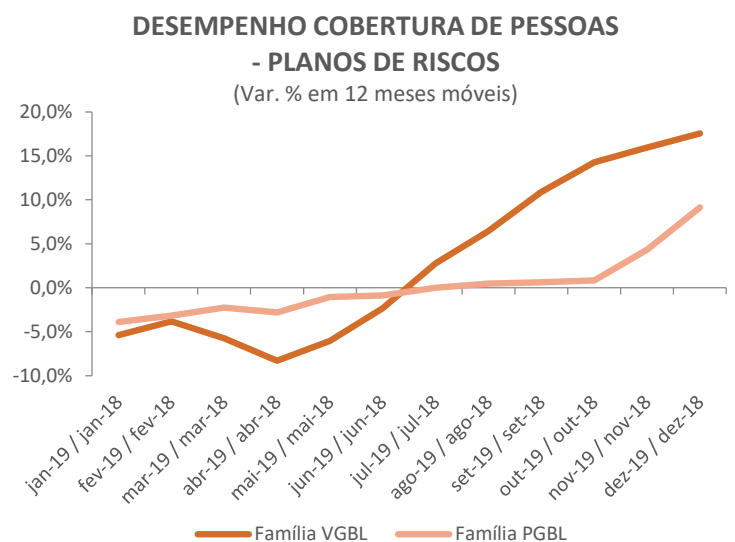
Dentro do referido grupo, na métrica de comparação em 12 meses móveis, o seguro Viagem foi o que começou o ano com desempenho mais fraco, mas apresentou sensível recuperação ao longo do ano, estabilizando-se no segundo semestre e fechando o ano com 14,9% de crescimento acima ao de 2018. Entretanto, no mês de dezembro, o crescimento foi de apenas 4,5%, em relação a dezembro de 2018, uma das suas menores taxas do ano.



Alguns fatores, como a epidemia do Coronavírus e a desvalorização cambial (o dólar turismo, por exemplo, passou de R\$4,70 nas casas de câmbio nas últimas semanas), podem ter contribuído para a redução da demanda por seguro Viagem, adiando as decisões de viagens ao exterior. Essa epidemia, em particular, apesar da baixa letalidade, parece estar se espalhando com mais rapidez que em outros episódios semelhantes e ainda não há um consenso das autoridades sobre uma previsão de redução dos casos. O turismo é hoje um negócio extremamente globalizado e grande: segundo algumas estimativas, corresponde, diretamente, a cerca de 3,0% do

PIB global e, indiretamente, a quase 10,0%.

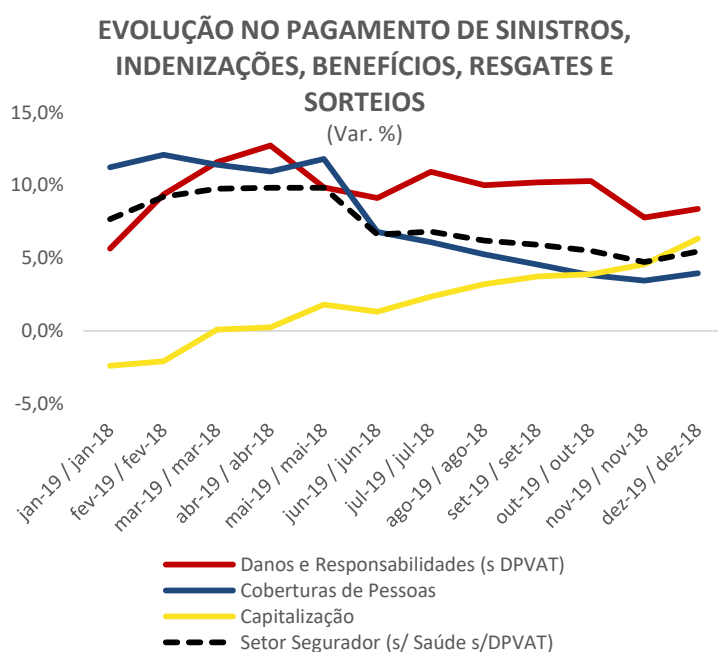
Os Planos de Acumulação, também do segmento Coberturas de Pessoas, começaram o ano de 2019 com quedas consecutivas, mas, a partir do segundo semestre, o desempenho foi melhorando a cada mês e encerrou 2019 com R\$ 125,5 bilhões em arrecadação, valor 16,8% maior do que em 2018.



Pelo lado dos pagamentos, observa-se uma redução nos resgates dos Planos de Acumulação. Em janeiro, pela comparação em 12 meses móveis, a taxa de crescimento era de 13,5% e, em dezembro, esse percentual ficou em 2,7%, comparados aos mesmos períodos do ano anterior. Já os pagamentos de indenizações nos Planos de Riscos, seguiram trajetória contrária, passaram de 5,9%, em janeiro, para 10,9%, em dezembro, nas mesmas métricas de comparação.

No acumulado, é possível observar que o total de resgates para a Família VGBL vem crescendo a taxas inferiores às da arrecadação - desde maio de 2019. Analisando as taxas anualizadas, ou seja, na comparação em 12 meses móveis, fica clara a tendência de queda nos montantes pagos em resgates, evidenciando a intenção do segurado em manter o seu fundo previdenciário dentro de um plano da Família VGBL e retomando comportamento observado em meados de 2015.

Em relação ao pagamento de sinistros, indenizações, benefícios, resgates e sorteios, o setor segurador devolveu à sociedade o montante de R\$ 139,7 bilhões, valor 5,4% maior do que em 2018, sem considerar Saúde Suplementar e DPVAT. Com a inclusão do DPVAT, o montante pago passa para R\$ 140,5 bilhões, aumento de 4,5% em relação ao ano anterior. No gráfico abaixo, pode-se observar a evolução dos pagamentos no decorrer de 2019, com destaque para Capitalização, em que os pagamentos seguiram a mesma trajetória de crescimento do faturamento.



Fonte: Susep

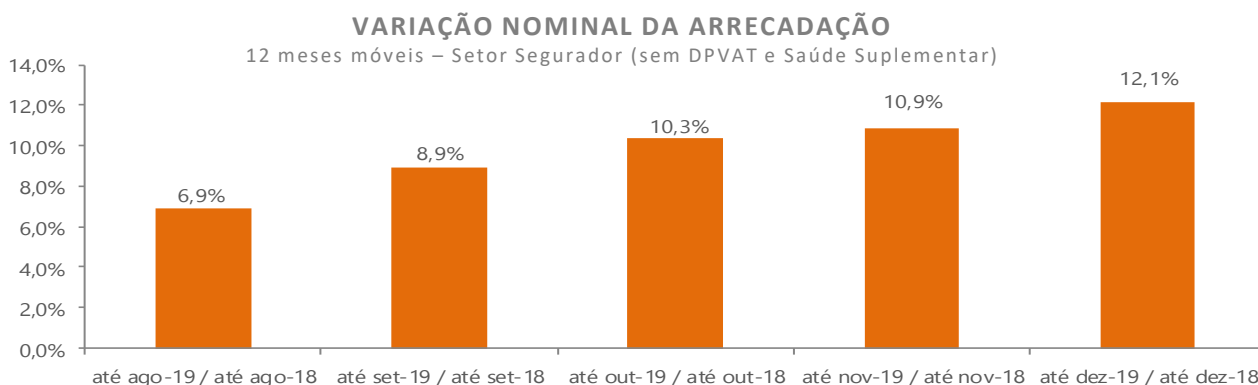
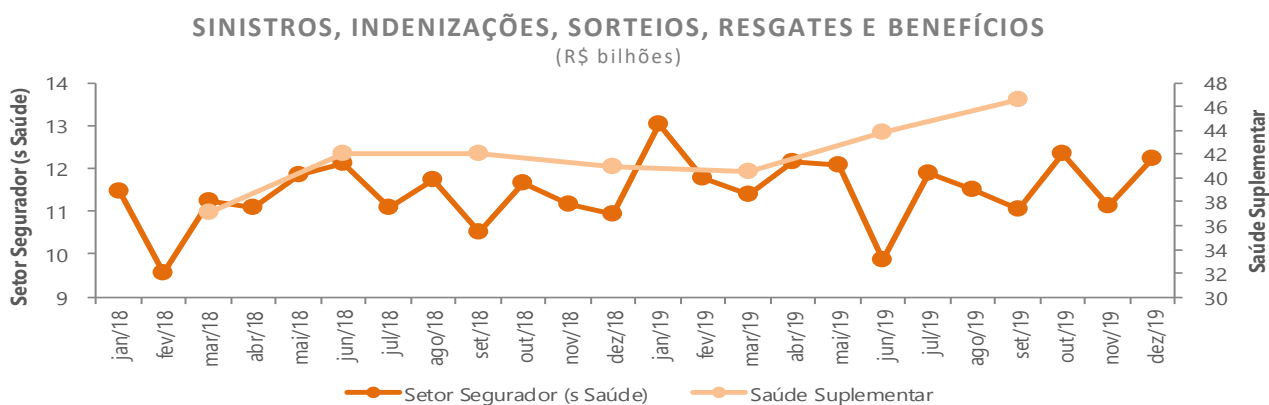
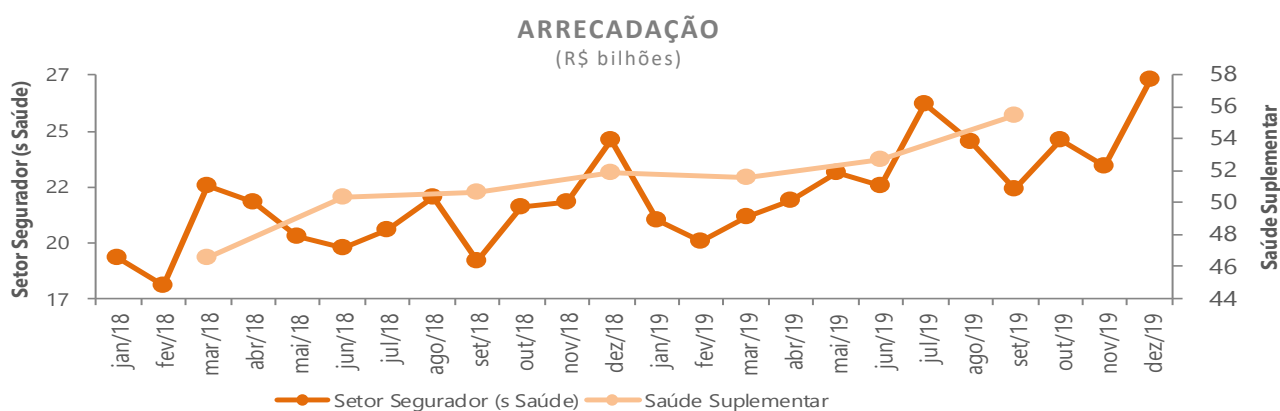
O setor de Saúde Suplementar fechou o ano de 2019 com um aumento de 2,35% no número de beneficiários. O incremento é resultado do bom desempenho do segmento Odontológico, com a adição de 1,7 milhão de beneficiários sobre dezembro de 2018. O segmento assistencial terminou o ano com uma leve queda de 0,1%. O decréscimo é decorrência da diminuição do número de planos individuais, que perderam 78 mil beneficiários, enquanto os coletivos (empresariais e adesão) registraram um aumento de apenas 27 mil beneficiários. A melhora nos índices do mercado de trabalho em 2019 não promoveu, até o momento, a recuperação dos planos assistenciais.

Em relação à arrecadação, Saúde Suplementar, com dados disponibilizados até setembro de 2019, já acumula R\$ 159,7 bilhões, com crescimento de 8,2% em relação ao ano anterior. No 3º trimestre, a arrecadação somou R\$ 55,5 bilhões, que representa um aumento de 9,5% em relação ao mesmo trimestre de 2018. O grupo médico-hospitalar é o carro-chefe do segmento, entretanto, o grupo Odontológico, mesmo com pouca representatividade em termos de arrecadação tem crescido a taxas de dois dígitos, com crescimento acumulado até o 3º trimestre de 10,3% e chegando a quase R\$ 4 bilhões.

As despesas assistenciais aumentaram, no 3º trimestre, 10,8% em relação ao mesmo trimestre de 2018, com R\$ 46,6 bilhões pagos. No acumulado 2019, o segmento já pagou R\$ 130,9 bilhões em despesas, representando um crescimento de 7,9% em relação a 2018.

Resumo Estatístico

Setor Segurador (data de corte: 06/02/20)

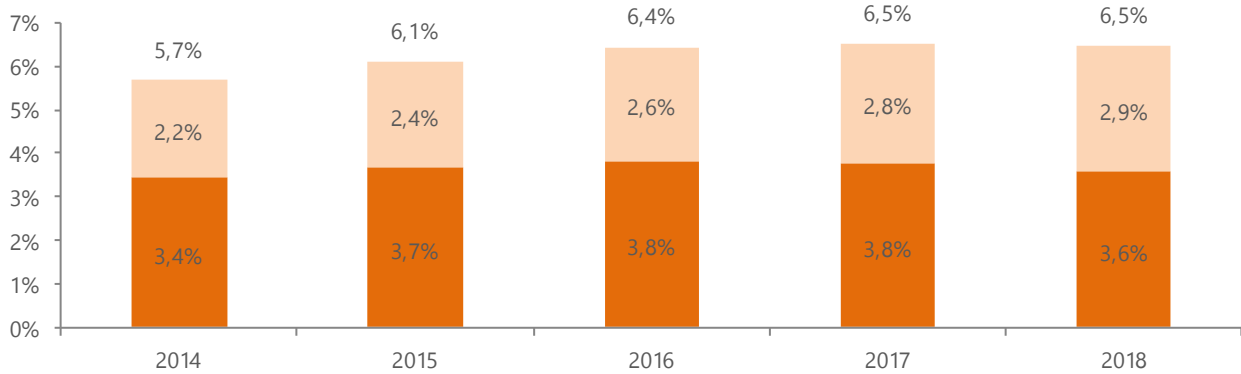


Notas: 1) Os dados da ANS foram alocados no último mês de cada trimestre, pois sua publicação é feita a cada três meses. Os dados provenientes da SUSEP são de periodicidade mensal. 2) Em Saúde Suplementar, por questões metodológicas, os valores apresentados podem diferir dos informados pela ANS e FenaSaúde. Fonte: DIOPS (ANS); Sala de Situação (ANS); SES (SUSEP); SGS (BCB)

Arrecadação							
(em milhões R\$)							
Setor Segurador (sem Saúde Suplementar)	Até dezembro		Variação %	dezembro	dezembro	Variação %	
	2018	2019		2018	2019		
1 Danos e Responsabilidades (s DPVAT)	70.138,28	73.908,57	5,38%	6.150,38	6.619,72	7,63%	
1.1 Automóvel	35.840,75	36.013,75	0,48%	3.230,63	3.307,98	2,39%	
11.1 Acidentes Pessoais de Passageiros	603,70	630,58	4,45%	57,16	61,55	7,69%	
11.2 Casco	24.811,64	24.116,04	-2,80%	2.229,47	2.171,86	-2,58%	
11.3 Responsabilidade Civil Facultativa	7.847,41	7.889,23	0,53%	699,40	726,10	3,82%	
11.4 Outros	2.578,00	3.377,90	31,03%	244,60	348,47	42,46%	
1.3 Patrimonial	11.969,01	13.272,53	10,89%	1.148,37	1.175,62	2,37%	
13.1 Massificados	9.015,24	9.895,76	9,77%	822,34	855,96	4,09%	
13.1.1 Compreensivo Residencial	2.997,02	3.170,58	5,79%	253,09	273,57	8,09%	
13.1.2 Compreensivo Condominial	448,81	458,41	2,14%	36,00	38,11	5,85%	
13.1.3 Compreensivo Empresarial	2.435,29	2.597,06	6,64%	223,51	223,95	0,20%	
13.1.4 Outros	3.134,12	3.669,71	17,09%	309,73	320,33	3,42%	
13.2 Grandes Riscos	2.651,70	2.899,96	9,36%	303,99	299,18	-1,58%	
13.3 Risco de Engenharia	302,06	476,81	57,85%	22,05	20,49	-7,06%	
1.4 Habitacional	3.713,65	4.179,60	12,55%	41,52	358,99	764,73%	
1.5 Transportes	3.150,63	3.370,49	6,98%	334,00	382,79	14,61%	
15.1 Embarcador Nacional	921,20	942,55	2,32%	100,37	91,77	-8,56%	
15.2 Embarcador Internacional	541,04	564,78	4,39%	63,16	69,28	9,68%	
15.3 Transportador	1.688,40	1.863,16	10,35%	170,47	221,74	30,08%	
1.6 Crédito e Garantia	4.228,29	4.552,44	7,67%	418,07	362,42	-13,31%	
1.7 Garantia Estendida	3.024,78	3.251,75	7,50%	314,89	331,95	5,42%	
1.8 Responsabilidade Civil	1.772,60	2.110,25	19,05%	197,01	228,33	15,90%	
18.1 Responsabilidade Civil D&O	442,54	603,37	36,34%	85,02	107,57	26,52%	
18.2 Outros	1.330,07	1.506,88	13,29%	111,99	120,76	7,84%	
1.9 Rural	4.594,29	5.310,83	15,60%	309,86	344,72	11,25%	
1.10 Marítimos e Aeronáuticos	718,19	827,00	15,15%	62,68	62,01	-1,07%	
10.1 Marítimos	356,40	369,60	3,70%	32,44	40,17	23,82%	
10.2 Aeronáuticos	361,79	457,40	26,43%	30,24	21,85	-27,76%	
1.11 Outros	1.126,07	1.019,92	-9,43%	93,36	64,89	-30,50%	
2 Coberturas de Pessoas	149.770,18	172.303,07	15,04%	15.953,22	17.814,72	11,67%	
2.1 Planos de Risco	37.980,50	43.276,21	13,94%	3.509,88	3.799,80	8,26%	
2.1.1 Vida	14.995,59	17.950,62	19,71%	1.500,68	1.758,35	17,17%	
2.1.2 Prestamista	11.343,39	13.729,89	21,04%	1.004,33	1.186,01	18,09%	
2.1.3 Viagem	515,09	591,71	14,88%	51,38	53,70	4,51%	
2.1.4 Outros	11.126,43	11.003,99	-1,10%	953,49	801,73	-15,92%	
2.2 Planos de Acumulação	107.449,18	125.480,15	16,78%	12.031,77	13.700,63	13,87%	
2.2.1 Família VGBL	97.633,08	114.766,90	17,55%	10.037,18	11.163,65	11,22%	
2.2.2 Família PGBL	9.816,10	10.713,25	9,14%	1.994,58	2.536,97	27,19%	
2.3 Planos Tradicionais	4.340,50	3.546,71	-18,29%	411,58	314,30	-23,64%	
3 Capitalização	21.008,89	23.898,02	13,75%	1.797,81	2.266,61	26,08%	
=1+2+3 Setor Segurador (s DPVAT)	240.917,34	270.109,66	12,12%	23.901,42	26.701,05	11,71%	
4 DPVAT	4.691,18	2.113,60	-54,95%	206,12	87,23	-57,68%	
=1+2+3+4 Setor Segurador	245.608,52	272.223,26	10,84%	24.107,55	26.788,28	11,12%	

Nota: Valores referentes ao ramo dotal misto foram incluídos na parte de planos de risco, embora apresente características mistas de risco e acumulação. | Fonte: SES (SUSEP)

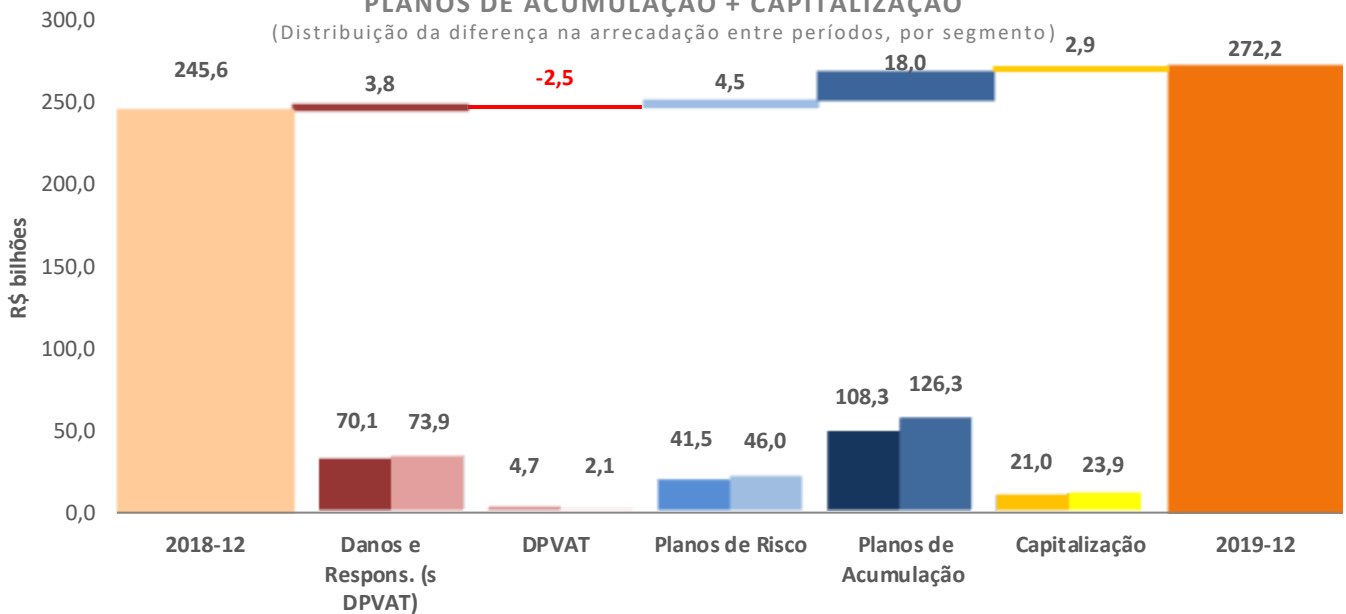
PENETRAÇÃO DA ARRECAÇÃO NO PIB



■ Penetração da Arrecadação no PIB - Setor Segurador (s Saúde) ■ Penetração da Arrecadação no PIB - Saúde Suplementar

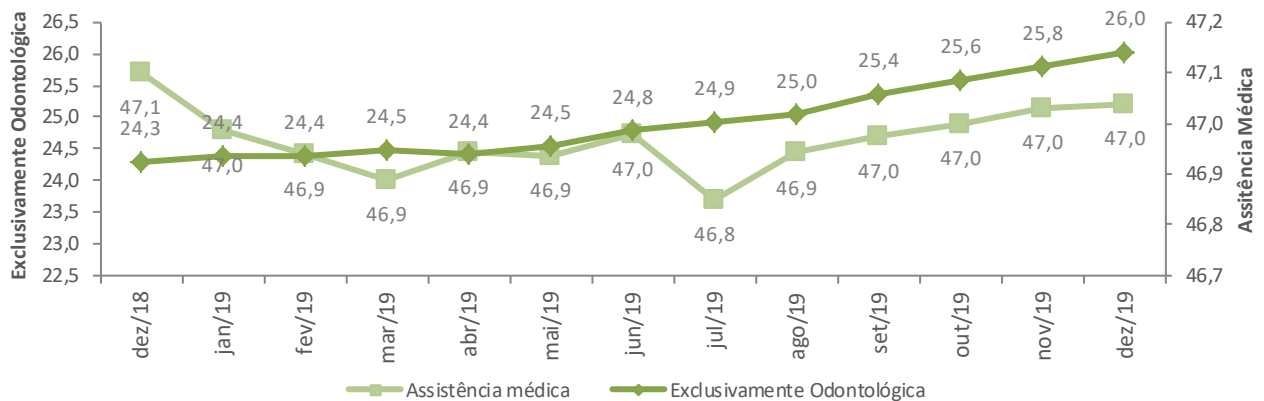
DANOS E RESPONSABILIDADES (SEM DPVAT) + DPVAT + PLANOS DE RISCO + PLANOS DE ACUMULAÇÃO + CAPITALIZAÇÃO

(Distribuição da diferença na arrecadação entre períodos, por segmento)



BENEFICIÁRIOS EM PLANOS DE SAÚDE

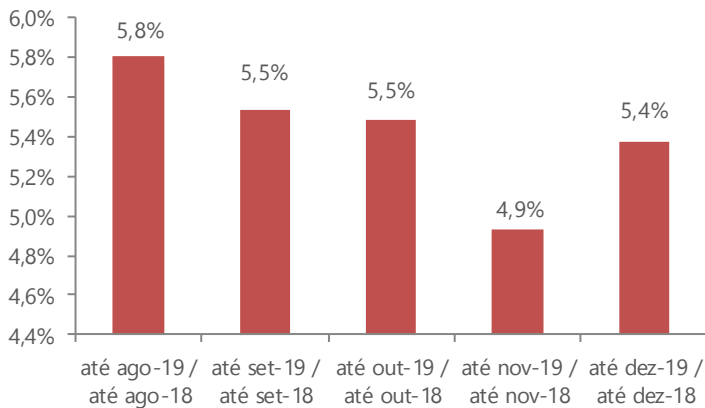
(em milhões de usuários)



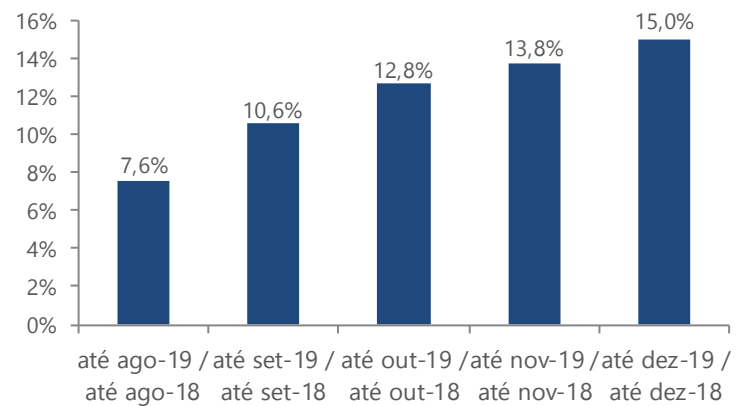
Nota: Em Saúde Suplementar, por questões metodológicas, os valores apresentados podem diferir dos informados pela ANS e FenaSaúde.
Fontes: DIOPS (ANS); Sala de Situação (ANS); SES (SUSEP); SGS (BCB)

VARIAÇÃO NOMINAL DA ARRECADAÇÃO 12 MESES MÓVEIS

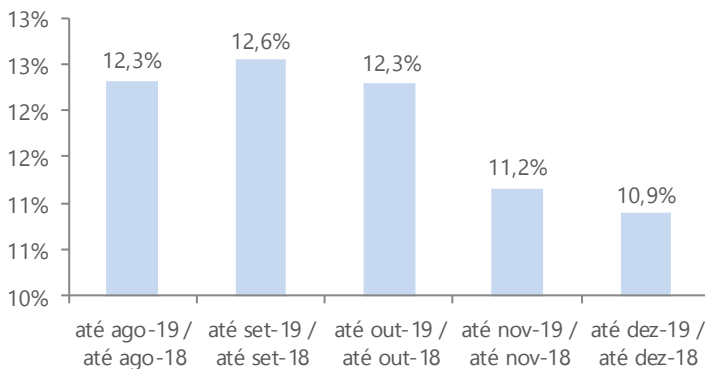
Danos e Responsabilidades(sem DPVAT)



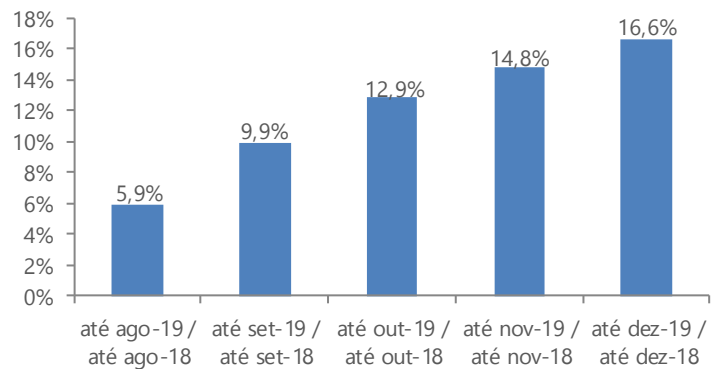
Cobertura de Pessoas



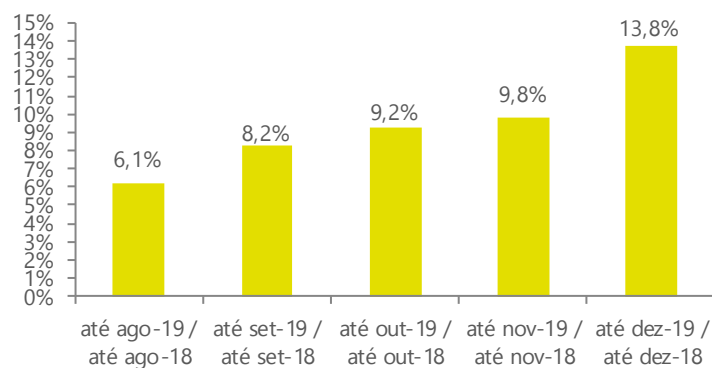
Cobertura de Pessoas – Planos de Risco



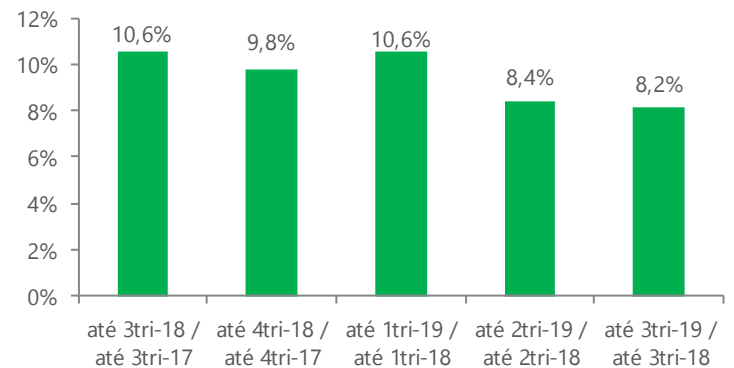
Cobertura de Pessoas – Planos de Acumulação



Capitalização



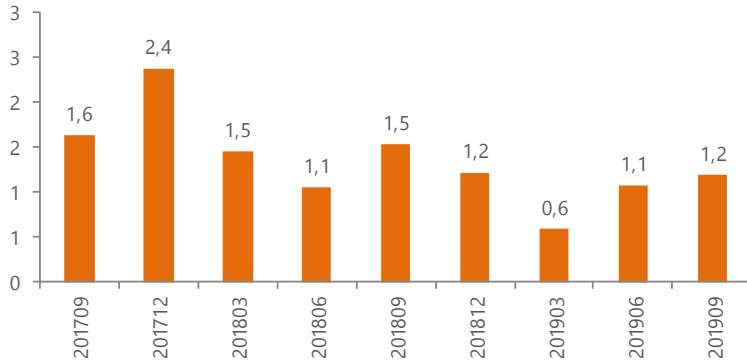
Saúde Suplementar



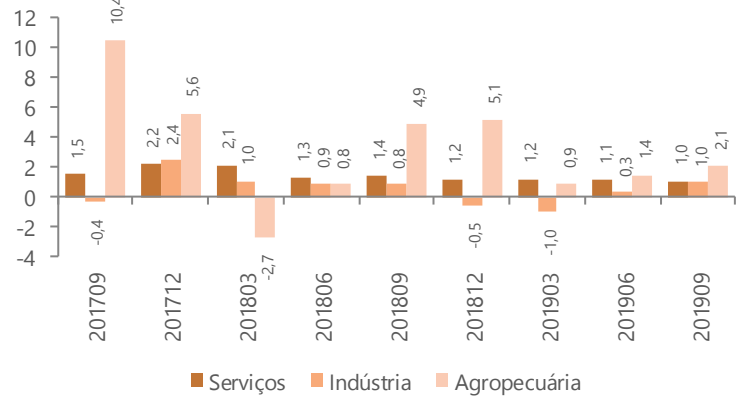
Nota: Em Saúde Suplementar, por questões metodológicas, os valores apresentados podem diferir dos informados pela ANS e FenaSaúde.
Fontes: DIOPS (ANS); SES (SUSEP)

Indicadores Econômicos (data de corte: 07/02/20)

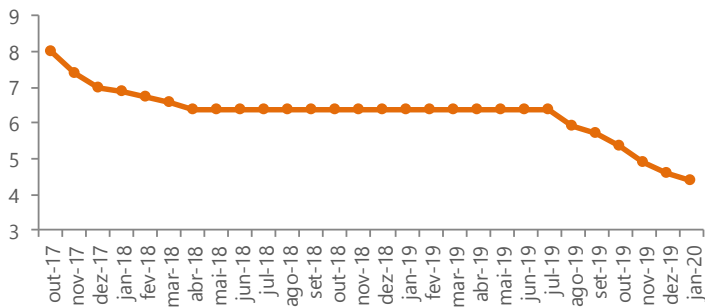
PIB TOTAL
(T/T-4, em %)



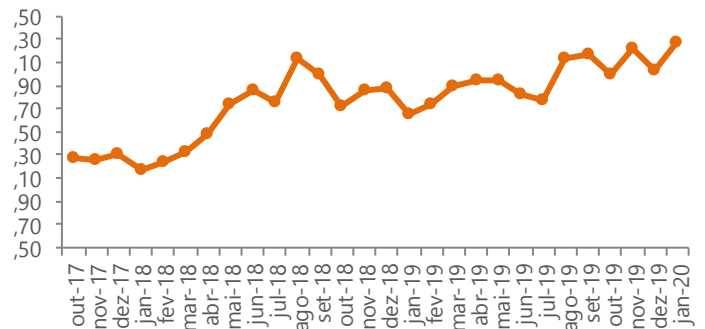
PIB PELA ÓTICA DA PRODUÇÃO
(T/T-4, em %)



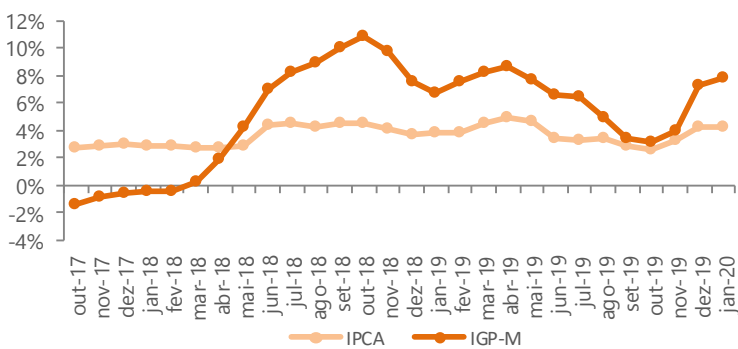
TAXA DE JUROS – SELIC EFETIVA
(em % a.a.)



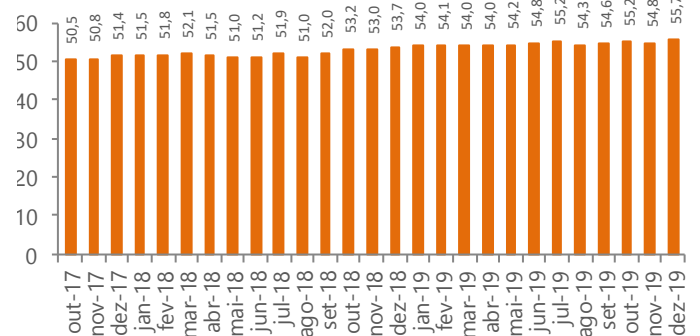
TAXA DE CÂMBIO – R\$/US\$
(taxa de fim de período)



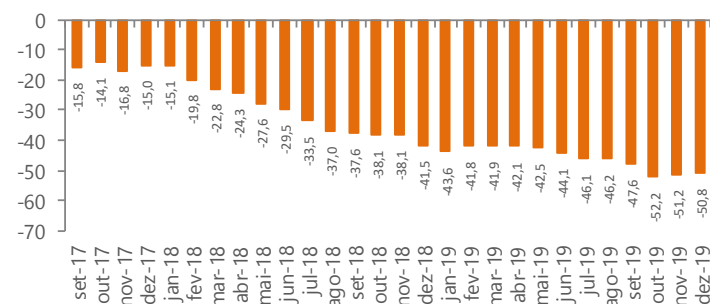
INFLAÇÃO – IPCA E IGP-M
(variação % ac. em 12 meses)



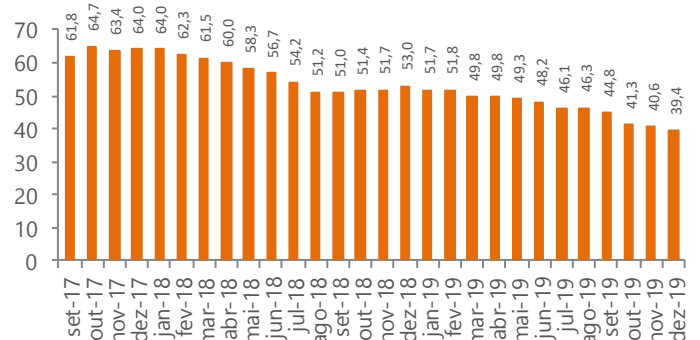
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO
(como % do PIB ac. em 12 meses)



SALDO EM TRANSAÇÕES CORRENTES
(em US\$ bilhões, ac. em 12 meses)



SALDO DA BALANÇA COMERCIAL
(em US\$ bilhões, ac. em 12 meses)



Fonte: SGS (BCB) e SIDRA (IBGE)

Glossário

ANO 3 | Nº 16 | FEVEREIRO/2020

Arrecadação do Setor Segurador: Contempla o prêmio direto de seguros, prêmio emitido em regime de capitalização, contribuição em previdência, faturamento de capitalização e contraprestação de saúde suplementar.

Prêmio Direto de Seguros: Emissão de prêmio líquida de cancelamento e restituição.

Prêmio Emitido em Regime de Capitalização: Valor correspondente a cada um dos aportes destinados ao custeio de seguros estruturados no regime financeiro de capitalização.

Contribuição de Previdência: Valor correspondente a cada um dos aportes destinados ao custeio do plano de previdência.

Faturamento de Capitalização: Faturamento com títulos de capitalização líquida de devolução e cancelamento.

Contraprestação de Saúde Suplementar: Contraprestação líquida/prêmios retidos para coberturas assistenciais Médico-Hospitalar e/ou Odontológica.

Sinistro ocorrido/indenização/sorteio/resgate/benefício do Setor Segurador: Contempla o sinistro ocorrido de seguros, resgate e benefício de previdência, sorteio e resgate de capitalização e indenização de saúde suplementar.

Sinistro ocorrido de Seguros: Indenizações avisadas, despesas relacionadas a seguros, retrocessões aceitas, variação das provisões de sinistro e serviços de assistência, líquido dos salvados e ressarcidos avisados e de sua variação do ajuste da PSL. Considera as parcelas administrativas e judiciais, consórcios e fundos e despesas com benefícios em regime de capitalização e repartição de capitais de cobertura para seguros.

Resgate e benefício de Previdência: Valor correspondente a cada um dos resgates e benefícios destinados à cobertura do plano de previdência.

Sorteio e resgate de Capitalização: Valor correspondente aos prêmios de sorteios e resgates pagos com títulos de capitalização.

Indenização de Saúde Suplementar: Eventos indenizáveis líquidos/sinistros retidos de cobertura assistencial Médico-Hospitalar e/ou Odontológica.

Sinistralidade: Contempla sinistralidade de seguros e saúde suplementar

Sinistralidade de Seguros: proporção do sinistro ocorrido sobre o prêmio ganho.

Sinistralidade de Saúde Suplementar: proporção de indenização de saúde suplementar sobre a contraprestação de saúde suplementar.

Despesas de comercialização do Setor Segurador:

Despesas de comercialização e custos de aquisição agregados em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Despesa administrativa do Setor Segurador: Despesas administrativas em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Ativo do Setor Segurador: Recursos econômicos na forma de bens e direitos em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Provisão do Setor Segurador: Passivo contabilizado pelo Mercado Segurador para refletir as obrigações futuras advindas dos compromissos assumidos com os contratantes de suas operações.

Captação líquida de Capitalização: Diferença entre o faturamento de Capitalização e o total dos seus resgates.

Instrumento de Garantia: tem por objetivo propiciar que a provisão matemática para capitalização do título de capitalização seja utilizada para assegurar o cumprimento de obrigação assumida em contrato principal pelo titular perante terceiro.

PIB: Produto Interno Bruto, a soma do valor de todos os bens e serviços finais produzidos no país em determinado período.

PIB mensal: Produto Interno Bruto Nominal mensal, calculado e publicado pelo Banco Central do Brasil (*proxy* mensal para o PIB Nominal oficial, calculado pelo IBGE).

Penetração do Setor Segurador no PIB: Proporção da Arrecadação do Setor Segurador sobre o Produto Interno Bruto.

População Brasileira: Número de habitantes no território nacional publicado pelo IBGE com base em informações dos registros de nascimentos e óbitos, dos censos demográficos e das contagens de população intercensitárias.

Arrecadação per capita: proporção da arrecadação do Setor Segurador sobre a População Brasileira.

IPCA: Índice de Preços ao Consumidor-Amplio calculado pelo IBGE.

IGP-M: Índice Geral de Preços, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Focus: Relatório semanal divulgado pelo Banco Central do Brasil com estatísticas-resumo de expectativas de agentes de mercado para variáveis macroeconômicas.

Selic: Taxa básica de juros da economia brasileira, definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil.

FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, gerido pela Caixa Econômica Federal, criado com o objetivo de proteger o trabalhador demitido sem justa causa, mediante a abertura de uma conta vinculada ao contrato de trabalho, formando poupança compulsória que pode ser usada em momentos especiais.

CAGED: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia.

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE.

Composição do Conselho Diretor Eleito

com mandato de 30/04/2019 a 29/04/2022

Presidente

Marcio Serôa de Araujo Coriolano

1º Vice-Presidente

Roberto de Souza Santos
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais

Vice-Presidentes

Gabriel Portella Fagundes Filho
Sul América Companhia Nacional de Seguros

Mário José Gonzaga Petrelli
Icatu Seguros S/A

Vinicius José de Almeida Albernaz
Bradesco Seguros S/A

Vice-Presidentes Natos

Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade
Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg)

João Alceu Amoroso Lima
Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde)

Jorge Pohlmann Nasser
Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi)

Marcelo Gonçalves Farinha
Federação Nacional de Capitalização (FenaCap)

Diretores

Bernardo de Azevedo Silva Rothe
Brasilprev Seguros e Previdência S/A

Carlos André Guerra Barreiros
Prudential do Brasil Seguros de Vida S/A

Edson Luís Franco
Zurich Minas Brasil Seguros S/A

Eduard Folch Rue
Allianz Seguros S/A

Francisco Alves de Souza
COMPREV Vida e Previdência S/A

Gabriela Susana Ortiz de Rozas
Caixa Seguradora S/A

João Francisco Silveira Borges da Costa
HDI Seguros S/A

José Adalberto Ferrara
Tokio Marine Seguradora S/A

Leonardo Deeke Boguszewski
Junto Seguros S/A

Luiz Fernando Butori Reis Santos
Itaú Seguros S/A

Miguel Gómez Bermúdez
Mapfre Previdência S/A

Nilton Molina
Mongeral AEGON Seguros e Previdência S/A

Pedro Cláudio de Medeiros B. Bulcão
Sinaf Previdencial Cia. de Seguros

Pedro Pereira de Freitas
American Life Companhia de Seguros S/A

Diretor Nato

Luiz Tavares Pereira Filho
Consultor Jurídico da Presidência da Fenaseg

Composição da Diretoria Executiva

Diretores

Alexandre Leal
Diretor Técnico e de Estudos

Luiz Tavares Pereira Filho
Consultor Jurídico da Presidência da Fenaseg

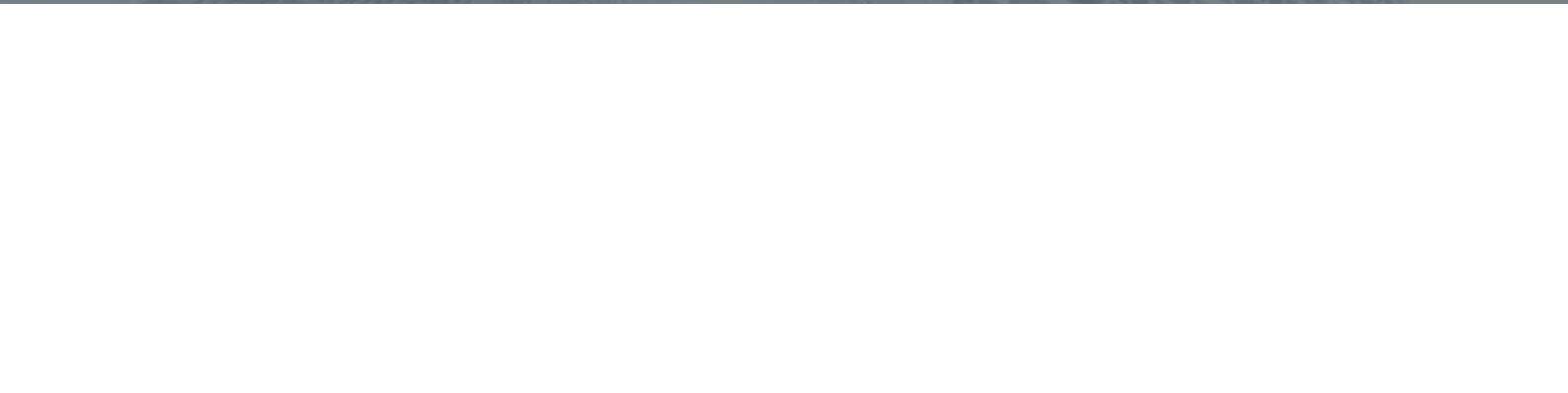
Miriam Mara Miranda
Diretora de Relações Institucionais

Paulo Annes
Diretor de Administração, Finanças e Controle

Solange Beatriz Palheiro Mendes
Diretora de Relações de Consumo e Comunicação

A Conjuntura CNseg nº 16 é uma publicação da Confederação das Seguradoras e foi elaborada por:

- Superintendência de Estudos e Projetos – SUESP
- Luiz Roberto Cunha – Colaborador



CNseg

Confederação Nacional das Empresas
de Seguros Gerais, Previdência Privada e
Vida, Saúde Suplementar e Capitalização